

**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE GESTÃO DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE PORTO FELIZ – PORTOPREV, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Às onze horas do dia 12 de dezembro de 2022, reuniram-se na sede do PORTOPREV, os membros integrantes do Conselho de Gestão do PORTOPREV, eleitos em 22/12/2020 para o biênio 2021-2023 e a Superintendente do Instituto. Havendo número legal de participantes declarou-se oficialmente aberta a reunião. Tendo os membros do Conselho tomado assento, passou-se às deliberações do dia:

1 - INVESTIMENTOS:

1.1 - Apresentação dos extratos de rentabilidade dos fundos de investimentos e dos títulos públicos do PORTOPREV, referente ao mês de novembro de 2022. Conforme documentos anexados, foram apresentados aos membros do Conselho de Gestão deste RPPS os extratos de rentabilidade de todos os investimentos do período supracitado e ainda a rentabilidade da carteira de ativos do PORTOPREV até 30/11/2022.

1.2 – Estratégia de alocação dos investimentos. Seguindo o novo ALM realizado com base no estudo atuarial datado de 31/12/2021, no mês de dezembro, o valor recebido a título de repasse e amortização do déficit, deverá ser investido no fundo Santander RF Referenciado (CNPJ nº 02.224.354/0001-45) e a folha de pagamento do mês, quitada com recursos provenientes do mesmo fundo, conforme deliberado em reuniões anteriores e reiterado pelo Comitê de Investimentos, na ata da 12ª reunião ordinária, de 29 de novembro de 2022.

1.3 – Reinvestimentos adiados. Ainda seguindo o ALM e a política de investimentos do Instituto, na reunião de 29 de novembro, o Comitê de Investimentos deliberou pela continuidade da suspensão dos resgates dos fundos indexados pelo IMA-B, mantidos na Caixa e no Banco do Brasil e ainda dos resgates de valores do fundo Bradesco Small Mid Caps, em razão da rentabilidade negativa dos fundos e a concretização de perda de capital em caso de resgates neste momento. Contudo, as estratégias de investimentos anteriormente discutidas permanecem válidas, aguardando momento favorável para sua implementação.

1.4 – Investimentos realizados no mês de novembro. No mês de novembro, foram pagos cupons semestrais de parte dos títulos NTN_B do PORTOPREV, na ordem de R\$ 1.551.760,15 sendo tal valor utilizado na aquisição de novos títulos do Tesouro Nacional – NTN_B, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 17/11/2022. Também foi dado seguimento à aplicação deliberada na reunião anterior deste Conselho, com aplicação no valor de três milhões de reais no fundo CLÁRITAS AÇÕES FEEDER FIC, com recursos provenientes do fundo BB AÇÕES GOVERNANÇA.

O item 1 INVESTIMENTOS contou com a aprovação/anuência pela unanimidade dos conselheiros presentes.

2 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

2.1 – Da aprovação da política de investimentos para o exercício 2023. Foi apresentada e debatida junto com os membros



do Conselho, a política de investimentos a ser praticada no exercício 2023; após sua apresentação, a PI foi aprovada por todos e segue devidamente assinada. **2.2 – Da aprovação dos manuais do Pró Gestão.** Foram aprovados pela unanimidade dos membros do Conselho de Gestão os manuais relativos à certificação do PRO GESTÃO. **2.3 – DA SUBSTITUIÇÃO DE ESTAGIÁRIO.** Foi informado na ocasião o pedido de desligamento da estagiária Vitória Regina Sagam da Silva, a partir de 01/12/2022; após os esclarecimentos, os conselheiros aprovaram a contratação de novo estagiário, por meio do CIEE e mediante a realização de processo de seleção. **2.4 - Balanço 2021 – TCESP.** Foi informado aos conselheiros que no mês de dezembro de 2022 foi enviada defesa referente ao relatório da fiscalização das contas do exercício de 2021, cujo relatório na íntegra encontra-se à disposição, com os seguintes apontamentos:

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO: Peças de planejamento elaboradas de modo meramente formal, sem observância a requisitos legais; A.2.3 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS: Autorizações para as movimentações financeiras e aplicações de recursos em inobservância à legislação municipal; B.1.2 - RESULTADO FINANCEIRO E ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL: Crescimento do déficit verificado no resultado econômico e no saldo patrimonial; B.1.3 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS: Queda na arrecadação; D.5 - ATUÁRIO: Elevação expressiva do déficit atuarial; não atingimento da meta de rentabilidade dos investimentos;	D.6.2 - RESULTADO DOS INVESTIMENTOS: Não atingimento da meta estabelecida para o exercício; D.8 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL: Inobservância às Recomendações desta E. Corte; E.1 - ATENDIMENTO AOS DISPOSITIVOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019: Ausência de lei para dispor sobre a vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
--	---

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo lavrada ata que lida e aprovada vai assinada por todos. Porto Feliz, 12 de dezembro de 2022.

NOME	ASSINATURA
BRUNA SILVA DE CARVALHO	
TIAGO APARECIDO PÁSCOLI SERVELIN	
LEONARDO BRONZE SEGGA	
ANA MARIA DA SILVA SIMEIRA	
MARIA REGINA TABORDA BRUGNARO	
SIMONE SONSIN DIANA VITURE DA SILVA	
DANIELE DE CAMPOS CAMARGO	
DANIELA REGINA RODRIGUES PIRES	